Conselhos de um linguista ultraliberal

Pedro Cafardo

O professor Caetano W. Galindo, da Universidade Federal do Paraná (UFPR), esteve em São Paulo no fim de outubro para uma conferência na Fapesp. Ao entrar no hotel onde ficou hospedado, pediu ao recepcionista um lenço para passar a cartinha.

"Não temos o lenço no quarto, mas podemos emprestá-lo ao senhor", disse o atendente, em linguagem protocolar e culta. Mas em seguida perguntou: "O senhor também precisa da 'tauba'?" E logo corrigiu-se: "Desculpe, precisa da tilhas?".

Galindo, linguista ultraliberal e autor do livro "Latim em pó", um sucesso de vendas lançado no ano passado, conta que teve vontade de pegar a mão do recepcionista e dizer:

"Não, meu amigo, 'tauba' é mais legal. É uma adequação fonética previsível aos padrões da estrutura da língua portuguesa. 'Tauba' é palavra nossa, legítima. Tilhas é o que é a variedade escolar europeizada, imposta pelas elites brasileiras que se mantiveram em estreito contato com Portugal no século XIX. Elas a trouxeram para o Brasil, a impuseram e depois criaram um sistema de educação para dizer que você não sabe falar a sua própria língua".

É de uma crueldade, observa Galindo, obrigar a uma população inicia e tirar dela não só a autoestima, mas também a ideia de que é falante perfeita de seu idioma. "Línguas são todas perfeitas, todas dão conta de fazer tudo o que elas precisam fazer e de maneira criativa."

O que o ilustre linguista acha da linguagem neutra, pergunta uma estudante na plateia da Fapesp.

Sempre bem-humorado, o professor diz: se eu voltar à universidade, em Curitiba, e dizer que estive em uma entrevista e não há pergunta sobre isso, perdemos o passaporte de professor.

Sua avaliação sobre a linguagem neutra não é morfológica (morfologia, para quem esqueceu, é a parte da gramática que estuda as palavras). Diz que a sociedade brasileira está interessadíssima em discutir um fator gramatical, mas esse não é o assunto, existe a questão de gênero.

Essa discussão, segundo o linguista, é a "vingança do LGBTQIA+". Quando o debate se concentra em uma questão morfológica e a sociedade briga, nega e resiste, ela está concedendo a verdade no tempo que estava em jogo. Com a visibilização, todos se lembram que existem outras pessoas não confortáveis com essa questão de gênero. Isso já aconteceu no Brasil. E há um grupo que quer manter seu lugar, um estatuto de poder, e usa os instrumentos de legislação, controle e sanção. Galindo cita uma curiosidade: não há pilhas de projetos para obrigar o uso da linguagem neutra, mas há para proibi-la.

Não existe relação causal entre formas de inclusão de gênero e formas de manifestação dessas categorias nos idiomas. Muitos idiomas não têm distinção de gênero em sociedades tremendamente cruéis com as mulheres, lembra o professor. O turco, por exemplo, não tem distinção de gênero nem na terceira pessoa. Não existe ele e ela. Todos os pronomes são neutros na terceira pessoa. "É o não-gênero de tratar em Istambul se fosse mulher", afirma.

Há línguas que fazem o plural neutro no feminino em sociedades onde as mulheres não são sumidade radas serem bastante iguais. No português, fazemos o plural neutro no masculino. Por que é assim?

"É porque é", responde Galindo. Em algum momento lá atrás fizeram assim e a gente acha isso perfeito e bonito por natureza. Ele conta então que um amigo linguista americano guardou o passaporte na gaveta de talheres em todas as casas que tem morado na vida adulta. Por quê? Porque o primeiro apartamento para o qual ele mudou, na universidade, era muito pequeno, não tinha lugar para nada e ele guardou o passaporte na gaveta de talheres. Por causa disso, esse é o lugar em que ele procura o passaporte. Pode morar numa casa gigantesca, mas o passaporte vai ficar na gaveta de talheres.

O discurso linguístico de Galindo é ultraliberal, mas até onde vai essa liberdade?

Ele é flexível na resposta. Diz que um país do tamanho do Brasil precisa de mecanismos "perversos" de contenção, de dicionário e de gramática, como a gente precisa de leis. O desafio é saber quando essa voz faz sentido e quando a regra é obsoleta e bizarra.

Como aquelas leis que os vereadores volta e meia, têm que expurgar e jogar no lixo. Galindo dá um exemplo: "É proibido amarrar asnos na avenida Paulista em São Paulo. Não há mais asnos na Paulista" ("há construções", sussurra alguém na plateia). Ele também acha "uma falácia" a ideia de que "criado-mudo" ou "fazer nas coisas" sejam expressões do tempo da escravidão. Isso faz parte de uma política paranoica, da gramática.

Exemplo de regra que de sugere jogar no lixo é a que proíbe usar pronomes átonos (me, te, se, lhe etc.) no começo da frase. "Usamos isso há século no Brasil. Eles dão uma coisa: a estrutura da língua permite essa flexibilidade que em Portugal não é permitida." Respeitar essa regra, portanto, seria obedecer a algo desprovido de validade.

Duas frases resumem as falas do professor: o que a linguística histórica e a sociolinguística nos ensinam sobre o português do Brasil ou sobre qualquer outra língua é que a única realidade do idioma é a alteração constante e a diversidade permanente; o sistema se autoregula e se automantém por meio de mecanismos difusos entre todos os usuários.

Pedro Cafardo é jornalista especializado em temas do **Valor Econômico** e escreve quinzenalmente às terças-feiras.
E-mail: pedro.cafardo@valor.com.br

Ambiente Encontro é realização do Valor e de "O Globo" e vai projetar próximos passos da crise climática

Financiamento das metas climáticas e COP no Brasil são temas de seminário

De São Paulo

O financiamento aos países pobres e subdesenvolvidos, as novas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDC, na sigla em inglês) e os desafios do Brasil para sediar no próximo ano a COP30. Estes são alguns dos temas que serão debatidos no seminário "De Baku a Belém: o futuro climático em debate nas COPs", que será realizado amanhã, no auditório da Editora Globo, no centro do Rio de Janeiro.

O encontro vai reunir autoridades, especialistas, setor privado, cientistas, ativistas e representantes de comunidades tradicionais para, em conjunto, analisar os resultados da conferência realizada no Azerbaijão e projetar os próximos passos diante da emergência climática. Na COP29, no mês passado, as superpotências chegaram a um acordo para desembolsar US$ 300 bilhões por ano para os países mais vulneráveis às mudanças do clima.

A abertura do evento será feita pela ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva. Na sequência, o primeiro painel, "COP 29, financiamento climático, a conta que ninguém quer pagar" vai discutir justamente o "fosso" que existe, como reconhece o texto final da conferência de Baku, entre o fluxo de recursos e as necessidades dos países em desenvolvimento para adaptação a um cenário de crise climática.

Esse primeiro painel terá a participação de Caroline Dihl Prolo, head de sovereaddhip climático na Iuma Re.capital; Flávia Teixeira, gerente de meio ambiente, responsabilidade social corporativa e transição energética da Engie Brasil; Marie Romero, subsecretária de conservação da biodiversidade e mudanças do clima da Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade do Rio de Janeiro; Sinéia do Vale Wapichana, coordenadora do Comitê Indígena de Mudanças Climáticas, e Viviane Romeiro diretora de clima, energia e finanças sustentáveis do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (Cebds). A mediação será da jornalista Daniela Chiaretti, repórter especial do **Valor**.

Em Baku, os países também concordaram com as regras para um mercado global de carbono ajustado pelas Nações Unidas. Esse mecanismo tende a facilitar o comércio de créditos de carbono, incentivando as nações a reduzirem as emissões e investirem em projetos ecologicamente sustentáveis. Já as novas NDCs, que são os planos climáticos de cada país, podem acelerar o processo de transição energética. O documento entregue pelo Brasil, por exemplo, reassume a meta de neutralidade climática até 2050.

O papel do país e suas atribuições na conferência de Belém dão o tom das próximas metas do seminário. De forma remota, o embaixador André Corrêa do Lago, secretário de Clima, Energia e Meio Ambiente do Ministério das Relações Exteriores, vai abordar o tema "Mudanças climáticas e biodiversidade: apostas do Brasil para a COP30".

Em seguida, ocorre a apresentação institucional do "Projeto COP30 Editora Globo", com a presença de Julio Magrin, secretário geral da Fundação Roberto Marinho; Maria Netto, diretora-executiva do Instituto Clima e Sociedade (ICS); Rafaela Guedes, senior fellow do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri), e Roberta Ferraz, gerente de projetos de conteúdo da Editora Globo.

"A Cúpula da Amazônia e o mundo que queremos" é o tema do segundo painel. Esse debate contará com Ciro Brito, especialista em políticas climáticas do Instituto Socioambiental (ISA); Gabriela Savian, diretora-adjunta de políticas públicas do Igarapé; Ricardo Young, sócio-diretor na Cultura, Transição e Integridade, e Talita Priscila Pinto, coordenadora de Observatório de Bioeconomia da FGV. A mediação será feita pelo jornalista Ana Luiza Azevedo, de "O Globo".

O seminário é uma realização dos jornais **Valor Econômico** e "O Globo", com o patrocínio da Engie, e será transmitido no YouTube e nas redes sociais de ambos veículos de comunicação.

Evento será transmitido no YouTube e nas redes sociais de "O Globo" e do Valor

Veto a celular em escola passa em CCJ da Câmara

Folhapress, de São Paulo

O banimento do uso de celulares por estudantes de escolas públicas e privadas de todo o país deve ser aprovado nesta terça-feira (10) na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania) da Câmara dos Deputados.

O texto em votação reúne 14 projetos de lei (PL) e tem amplo apoio dos deputados, da direita à esquerda — em 30 de outubro já havia sido aprovado pela Comissão de Educação.

Depois da CCJ, deverá ser encaminhado ao Senado, sem precisar passar pelo plenário da Câmara, pois trauma um regime de aprovação conclusiva pelas comissões. No Senado, a expectativa dos parlamentares, bem como a do governo federal, que apoia a medida, é de que a tramitação seja rápida, de modo que a banimento já esteja em vigor no início do próximo ano letivo.

Originalmente, trata-se do PL 104, apresentado em 2015 pelo deputado Alceu Moreira (MDB-RS). O substitutivo agora em votação, já com outros 13 projetos de lei apensados, tem como relator na CCJ o deputado Renan Ferreirinha (PSD-RJ).

Ferreirinha é secretário municipal de Educação do Rio e foi o responsável por articular o banimento pioneiro de celulares no país — ao início de 2024, a prefeitura carioca proibiu, por decreto, o uso de smartphones por estudantes nas escolas municipais.

Ao longo deste ano, o deputado se licenciou algumas vezes do cargo no Rio para trabalhar no Congresso pelo avanço da proposta de proibição do uso dos celulares no ambiente escolar em todo o país.

Fernanda Torres é indicada ao Globo de Ouro por "Ainda estou aqui"

Fernanda Torres foi indicada, na manhã desta segunda-feira, 9, ao Globo de Ouro de melhor atriz de drama por sua atuação em "Ainda estou aqui" (Total, filme de Walter Salles que conta a história de Eunice Paiva, mulher de Rubens Paiva, engenheiro e deputado que teve o mandato cassado e foi em seguida morto pela ditadura militar. O longa também concorre ao prêmio na categoria de melhor filme em língua não inglesa. A 82ª edição do evento acontece no dia 5 de janeiro de 2025 e será apresentada por Nikki Glaser. A premiação tem 27 categorias. "Ainda estou aqui" vem ganhando prêmios importantes pelo mundo, como o de melhor roteiro no Festival de Veneza, para Walter Lorenzo e Murilo Hauser. No Critics Choice Awards, Fernanda ganhou o prêmio de melhor atriz em filme internacional. Ela também ficou com o segundo lugar de melhor atuação da Associação de Críticos de Los Angeles, colocação compartilhada com Demi Moore, estrela de "A substância". (Agência O Globo)

Índice de empresas citadas em textos nesta edição

A Capital B4
AJM B4
Aqua B6
Air India B7
Airbus B7
AIG Capital A4
Alsa A4
Aum Minerals B7
Autoneal B2
Azul B6
Azzas 2154 B6
Banco Daycoval C2
Banco do Brasil C2
Bracelas Mineral B6
BRAV C6
BNDES B4
BR Properties B6
BTG Pactual B4, B6
CCR B4
Cielo C2
Confederação Nacional B8
Correlatas B4
CSN Mineração C2
Delta B6
Demanda Pesquisa e Desenvolvimento de Mercado A6
Embraer B1
Eternoel B7
Ecoflorestas B4
Eneva B6
EPE B4
Equatorial B4
GS Partners A6
Gerdau B2
GGI B6
GroupM B1
Hapvi A6
Hal Urbano B4
Jaguar Land Rover C6
Lojas B6
LCA A4
McDonald's B6
MGM Guarulhos A5
Moody's A4
Morgan Stanley C1
Motorola Solutions A7
Nova MEC B4
Neel Asset Management C6
Nova Nordic B7
Omnicom B1
Opportunity B4
Oro Partners A4
Petro B4
Petrobras A8, B7, C2
PPSA A8
Rua B7
Rio B7
Sabesp B4
Sernab A6
Singer B2
TAP B6
Targus B4
The Interpublic Group (IPG) B1
UBS BB A5
UBS Global Wealth Management A6
Unilever B6
Unitedhealthcare B6
Vale C2
Vamos B2
Vinland Capital C1
WPP B1
XTerra B6
XP A5, B4

Valor | Seja um assinante: Acesse assinevalor.com.br ou ligue 0800 701 8888